



DENTRO DE LA AMÉRICA PORTUGUESA: FORMAS DE VIDA, PROPIEDAD DE LAS TIERRAS Y BIENES MATERIALES EN EL INTERIOR DE LA CAPITANÍA DE PERNAMBUCO, ENTRE LOS SIGLOS XVIII Y XIX

NO INTERIOR DA AMÉRICA PORTUGUESA: MODOS DE VIDA, PROPRIEDADE DE TERRA E BENS MATERIAIS NOS SERTÕES DA CAPITANIA DE PERNAMBUCO, ENTRE OS SÉCULOS XVIII E XIX

INSIDE THE PORTUGUESE AMERICA: WAYS OF LIFE, LAND PROPERTY AND MATERIAL GOODS IN THE HINTERLANDS OF THE CAPTAINCY OF PERNAMBUCO BETWEEN THE EIGHTEENTH AND NINETEENTH CENTURIES

Alexandre Bittencourt Leite Marques*

Cómo citar este artículo/Citation: Bittencourt Leite Marques, A. (2017). Dentro de la América portuguesa: formas de vida, propiedad de las tierras y bienes materiales en el interior de la capitania de Pernambuco, entre los siglos XVIII y XIX. *XXII Coloquio de Historia Canario-Americana* (2016), XXII-037. <http://coloquioscanariasmerica.casadecolon.com/index.php/aea/article/view/9983>

Resumen: En las tierras del interior de la Capitanía Pernambuco, en la América portuguesa, entre los siglos XVIII y XIX, varias familias de colonos vinieron a vivir y llevar a cabo trabajos destinados principalmente para la agricultura y la cría de animales. En este sentido, este artículo tiene como objetivo analizar las formas de vida de estas familias, con sus formas de vivienda y el uso de los bienes materiales. Vamos a utilizar como fuentes de la investigación, principalmente dos tipos de documentos: los inventarios post mortem y los informes de los viajeros que visitaron la región.

Palabras clave: América portuguesa, Capitanía de Pernambuco, interior, formas de vida, bienes materiales

Resumo: Nos sertões da Capitania de Pernambuco, interior da América portuguesa, entre os séculos XVIII e XIX, diversas famílias de colonos passaram a viver e a realizar trabalhos voltados, principalmente, para a agricultura e criação de animais. Nesse sentido, o presente artigo pretende analisar os modos de vida dessas famílias, com suas formas de moradia e uso de bens materiais. Utilizaremos como fontes de pesquisa, principalmente, dois tipos de documentação: os inventários post-mortem e os relatos de viajantes que percorreram aquela região.

Palavras chave: América portuguesa, Pernambuco, sertões, modos de vida, bens materiais

Abstract: In the hinterlands of the Captaincy of Pernambuco, inside the Portuguese America between the eighteenth and nineteenth centuries, there were several settler families who came to live and carry out some work in agriculture and animal husbandry. In this sense, this article aims to analyze the ways of life of these families, with their forms of housing and use of material goods. We will use as sources of research, mainly two types of documents: the post-mortem inventories and reports of travelers who visited the region.

* Doutorando em História pela Universidade de Évora (UÉ)/ Portugal. Bolsista da CAPES - Brasil. Orientando da Professora Doutora Maria de Deus Beites Manso (UE). Licenciado em História pela Universidade Federal Rural de Pernambuco (UFRPE). Mestre em História pelo Programa de Pós-Graduação em História Social da Cultura Regional da UFRPE. Professor da Secretaria de Educação do Estado de Pernambuco (Seduc-PE). Pesquisador do "Sistema de Consulta Prosopográfica: perfil social, trajetória e documentação de Pernambuco Colonial (1640-1822)" - CNPq/UPE. Email: alexandre.bittencourt@hotmail.com



Keywords: Portuguese America, Captaincy of Pernambuco, hinterlands, lifestyle, material goods

A partir da segunda metade do século XX, influenciados pelos trabalhos dos historiadores franceses Marc Bloch, Lucien Febvre e Fernand Braudel (que alargaram o campo das pesquisas históricas), diversos outros pesquisadores começaram a se debruçar no estudo das sociedades a partir da análise dos objetos e artefatos.¹ Baseado nas experiências desses pesquisadores, o nosso estudo pretende analisar os modos de vida das famílias que se instalaram em alguns dos sertões de Pernambuco, com suas formas de moradia e uso da cultura material no fim do período colonial.² Utilizamos como fontes de pesquisa os inventários post-mortem e os relatos de viajantes que percorreram aquela região.

Localizados no Instituto Arqueológico, Histórico e Geográfico Pernambucano – IAHG, e no Memorial da Justiça de Pernambuco – MJPE, os inventários *post-mortem* das antigas Comarcas de Cimbres e Flores nos forneceram dados sobre as características socioculturais dos sertões da capitania de Pernambuco, a partir da análise dos títulos de móveis, ouro, prata, escravos, animais, bens de raiz.³

Dentre o vasto universo documental do nosso período estudado (1750-1822), selecionamos quatro inventários *post-mortem* para serem analisados no presente trabalho, são eles: o inventário do coronel Teotônio Monteiro da Rocha, inventário de D. Custódia de Souza da Conceição, inventário de Manoel José Teixeira Travanca e o inventário de Manoel da Costa Silva.⁴ A escolha desses documentos específicos se deu como uma forma de procurar privilegiar diversos e diferentes lugares inseridos nos sertões de Pernambuco. Distantes entre si, esses lugares correspondiam aos termos da vila de Cimbres, da vila de São Francisco das Chagas e do julgado de Cabrobó. Além disso, procuramos contemplar inventários que tivessem diferentes quantidades de bens arrolados, ou seja, uns com mais e outros com menos bens. Entretanto, para o nosso estudo, mais importante do que simplesmente quantificar o número de bens, foi tentar identificar a existência deles, suas descrições e, com isso, procurar analisar a vida dos indivíduos das sociedades sertanejas a partir da posse e uso que faziam desses objetos.

Outras fontes utilizadas por nós são os relatos de viajantes cronistas que percorreram os sertões de Pernambuco e capitanias anexas, durante o início do século XIX. Esses viajantes deixaram informes sobre a cultura material e a vida rural dos lugares por onde passaram. Entre esses cronistas, ressaltamos o inglês Henry Koster e o alemão Carls Von Martius que descreveram em seus relatos as formas de habitações das casas sertanejas, tipos de roçados cultivados e de animais criados, entre outras coisas.⁵

¹ Sobre exemplos desses estudos, ver BLOCH (2002), BRAUDEL (2005), FLANDRIN (1991), COLLOMP (2009), Paralelamente, no Brasil, a partir da década de 30, o sociólogo Gilberto Freyre se tornou um dos pioneiros no estudo da cultura material e das mentalidades, algo que foi reconhecido pelo próprio Febvre, Braudel e, mais recentemente, lembrado pelo historiador inglês Peter Burke. Ver FREYRE (2010), BURKE (1997), pp. 1-12.

² A respeito do conceito de cultura material, Jean-Marie Pesez o atribui ao conjunto de objetos que caracterizam uma sociedade. PESEZ (2005). Em relação ao conceito de família, existe uma ampla e complexa discussão a seu respeito. No presente trabalho, adotaremos o conceito de família como sendo constituída a partir dos laços de sangue e de casamento. Em relação a discussão ver ALGRANTI, (1997); BRANDÃO (2012). pp. 117 e 122; COLLOMP (2009); FLANDRIN (1991).

³ Sobre o uso dos inventários post-mortem como fonte de pesquisa histórica ver, dentre outros, VILAÇA (2012), DRUMOND (2008), MARQUES (2014), MOTA (2005), PAIVA (2002), pp. 187-207.

⁴ IAHG. Inventário *post mortem* de Coronel Teotônio Monteiro da Rocha, 1774. Acervo Orlando Cavalcanti, Caixa 61; IAHG. Inventário *post mortem* de D. Custódia de Souza da Conceição, 1782. Acervo Orlando Cavalcanti, Caixa 61; MJPE. Inventário de Manoel José Teixeira Travanca/ Provedoria Ordinário comissário e Juiz Ordinário, 1806. Caixa 320; MJPE. Inventário de Manoel da Costa Silva. 1809. Caixa Nº 965.

⁵ KOSTER (2003); MARTIUS (1959), pp. 55-72.

A respeito do vocábulo “sertão”, pode-se dizer que é uma palavra de origem obscura e imprecisa. Para o famoso padre Rafael Bluteau, em seu dicionário produzido no século XVIII, o significado para esse termo era o seguinte: “região, apartada do mar, e por todas as partes, metidas entre terras”.⁶ Existe uma ampla discussão sobre a origem e os sentidos do termo sertão. Nos últimos anos, os historiadores que pesquisam sobre os sertões têm convergido suas ideias em alguns pontos, dentre eles, os sertões como um recorte físico-espacial impreciso, e os sertões numa perspectiva sociocultural, onde seriam colocados como espaços que ainda não haveria a presença marcante dos colonizadores e seus padrões culturais europeus.⁷

Entre os séculos XVI e XIX, um grande pedaço dos sertões de Pernambuco fazia parte de um espaço impreciso, descrito nos relatos de viajantes como sendo de clima quente e seco, vegetação retorcida e espinhosa, solo árido e pedregoso. No entanto, isso não significava que todos os ditos sertões tinham igual característica. Havia lugares, conhecidos como brejos, de menor extensão, descritos como sendo aprazíveis, úmidos, com vegetação de grande porte, e que também eram chamados de sertão.⁸

Nos sertões da capitania de Pernambuco, assim como em outras localidades do Império português, a posse da terra estava associada à riqueza, poder e prestígio. Desde os primeiros séculos da colonização portuguesa que sesmarias passaram a ser distribuídas no interior da América portuguesa. Muitas famílias que se estabeleceram passaram a fazer uso da terra para promover atividades econômicas. A criação de gado logo se destacou nos sertões de Pernambuco e suas capitanias anexas, principalmente a partir dos primeiros anos do século XVIII. Na segunda metade do mesmo século houve também a expansão das plantações de algodão para exportação, devido à conjuntura econômica internacional, caracterizada pela chamada “Revolução Industrial” na Europa. Acompanhadas dessas duas atividades (criação de gado e plantação de algodão) existiram também plantações de mandioca, milho e feijão, embora mais voltadas para o abastecimento interno.⁹

Nos inventários *post-mortem* do termo das vilas de Cimbres e Vila de São Francisco das Chagas e do julgado de Cabrobó, inseridos nos sertões de Pernambuco, são encontradas descrições a respeito das propriedades de terra pertencentes às famílias. Estas possessões são arroladas nos inventários a título de bens de raiz, e, por vezes, trazem informações acerca da extensão da terra, da localização, do valor que possuam, bem como dos imóveis habitacionais estabelecidos nelas.

No termo da vila de Cimbres, por exemplo, o falecido Coronel Teotônio da Rocha, juntamente com sua esposa, D. Ignocensia da Silva Cavalcanti, possuía um sítio de terras no distrito dessa vila no valor de 100 mil réis, mais outro sítio também de 100 mil réis. Ao falecer, Teotônio deixou um total onze herdeiros, dos sexos masculino e feminino, sendo um de idade ilegível e os outros de idade que variavam entre quatro e vinte e dois anos.

⁶ BLUTEAU (1728), v. 07, p. 613.

⁷ Sobre discussões acerca dos conceitos de sertão ver NEVES (2012), pp. 14-57; SILVA (2010); TELES, (2009), pp.71-108; MORAES (2003), PATINÕ (1990), p. 20.

⁸ A partir do século XX, boa parte daquilo que desde o início do período colonial era tachado de sertões foi oficialmente dividida em duas grandes regiões: uma continuou a ser chamada de sertão, já a outra passou a ser designada de agreste. Apesar de certa diferença, ambas fazem parte daquilo que os geógrafos convencionaram chamar de semiárido. Segundo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), “Como reflexo das condições climáticas dominantes de semiaridez, a hidrografia é pobre, em seus amplos aspectos. As condições hídricas são insuficientes para sustentar rios caudalosos que se mantenham perenes nos longos períodos de ausência de precipitações. Constitui-se exceção o rio São Francisco.

<http://www.ibge.gov.br/home/geociencias/geografia/semiario.shtm?c=4>

⁹ Sobre o processo de colonização dos sertões ver os estudos clássicos de JÚNIOR (2006), ANDRADE (1963), entre outros. Sobre novos estudos a respeito da penetração dos sertões de Pernambuco e demais Capitanias do Norte, ver: SILVA (2010), MEDEIROS (2007), PUNTONI (1998), entre outros.

Por sua vez, no arrolamento de bens do inventário de D. Custódia de Souza da Conceição não constou a descrição de nenhum tipo de bens de raiz. Moradora na fazenda Poço Verde, ribeira do Moxotó, termo de Cimbres, Dona Custódia foi casada com Teodósio da Fonseca Gurjao, e veio a falecer no ano de 1782. Deixou cinco filhos herdeiros, sendo a filha mais velha já casada e as outras quatro crianças com idade entre 14 e 8 anos.

No termo da Vila de São Francisco das Chagas, próximo ao Rio São Francisco, o casal Manoel Teixeira Travanca e Ana Gonsalves da Roxa, possuía uma “casinha de morar coberta de palha” avaliada em dois mil reis. Manoel aparece descrito no inventário como sendo “homem branco, natural da freguesia de São Salvador de Travanca, termo do Porto, Bispado de Braga”. Já a sua esposa foi descrita como “moradora do Brejo do Salgado, Freguesia da Nossa senhora do Amparo”. Nesse sentido, podemos presumir que Manoel Teixeira saiu do norte de Portugal para se estabelecer nos sertões da capitania de Pernambuco, onde casou com uma moradora. Faleceu no ano de 1806 e deixou três filhos herdeiros. Sua casa declarada era bastante simples, sendo coberta de palha.

No Julgado de Cabrobó do Rio de São Francisco, Sertão de Rodelas, Manoel da Costa Silva, morador da Fazenda das Lages, mantinha com sua esposa um “quinhão de terras com suas benfeitorias nesta fazenda”, avaliada em 80 mil reis. Casado com Tereza de Jesus, o falecido não tinha filho algum.

Ao nos debruçarmos nos bens de raiz dessas quatro pessoas inventariadas, descritas acima, identificamos que D. Custódia não teve propriedades arroladas. Os outros três inventariados (o Coronel Teotônio, o português Manoel Teixeira e Manoel da Costa Silva) constaram como sendo possuidores desse tipo de título, tendo os do Coronel Teotônio configurado como os de mais alto valor frente os outros dois. Em outras palavras, o Coronel e sua esposa possuíam dois bens de raiz avaliados em 100 mil reis cada, enquanto a casa do português, juntamente com sua mulher, era avaliada em 2 mil reis. Por fim, o quinhão de terra do casal Manoel da Costa Silva e Tereza de Jesus valia 80 mil reis.

De todos estes personagens, os únicos que apareceram como tendo uma habitação arrolada no inventário foi o português Manoel Teixeira e sua esposa. No entanto, obviamente que isso não significava que as demais pessoas não possuíssem residência. Um indivíduo como Teotônio Monteiro da Rocha, que detinha patente de coronel e diversos e valiosos bens arrolados, certamente possuía uma morada, porém, esta não foi descrita no arrolamento de bens. A única pista que faz menção a uma possível residência foi a descrição feita pelo escrivão do inventário, no início do documento, quando disse que ele e o juiz capitão se encontravam “[...] no arrabalde da dita vila de Cimbres, Capitania Comarca de Pernambuco, em casas de assistência da viúva Dona Ignoscência da Silva Cavalcanti [...]”, para proceder o inventário. No entanto, na descrição de bens, nada se falou sobre a casa.¹⁰ Esse trecho do documento é vago, pois não nos permite saber se o falecido e sua esposa eram realmente os proprietários dessa “casa de assistência”.

Ao percorrer os sertões de Pernambuco e capitanias anexas, nos primeiros anos do século XIX, o viajante cronista Henry Koster, em seus relatos sobre a vida dos sertanejos, descrevia as casas como “pequenas e construídas com barro e bastante abrigadas para o clima, e cobertas com telhas quando podem adquirir, ou geralmente com folhas de carnaúbas”.¹¹ Sendo assim, percebe-se nessa passagem do cronista inglês que, para ele, não era qualquer família que poderia ter condições de possuir uma morada coberta de telhas. Segundo Koster, os sertanejos que viviam bem geralmente possuíam residências cobertas de telhas, já as famílias situadas

¹⁰ IAHGP. Inventário *post mortem* de Coronel Teotônio Monteiro da Rocha, 1774. Acervo Orlando Cavalcanti, Caixa 61.

¹¹ KOSTER (2003), pp. 131e 208.

em lugares desolados frequentemente habitavam choupanas feitas com cobertura de vegetação.

Entretanto, também não podemos tomar isso como regra geral. Na nossa pesquisa documental, estamos a observar que, mesmo sendo de constituição bastante simples, o aspecto de determinados tipos de moradia muitas vezes não representava a opulência de alguns proprietários. Pelo contrário, existiam famílias que, embora possuíssem casas de constituição física simples (taipa com o teto de palha), detinham outros tipos de bens que valiam mais que a casa. É o caso, por exemplo, do casal Manoel Teixeira e Ana Gonsalves da Roxa que declaravam ter, entre outros bens, quatro escravos que somados possuíam um valor de mais de 500 mil reis. Já o valor de sua morada era somente de dois mil reis. Aliás, somente uma espingarda que esse casal possuía valia três mil reis.¹²

Também vale salientar que nem todas as casas dos sertões de Pernambuco tinham um padrão considerado modesto, pois o mesmo não pode ser dito em relação à estrutura da habitação pertencente a uma Dona Clara Leite dos Santos. Ela e seu esposo, o sargento mor Manoel de Siqueira, possuíam uma “morada de casas de sobrado em que mora que foi vista e avaliada pelos avaliadores na quantia de um conto e quatrocentos mil reis”. Além disso, possuíam mais duas propriedades como uma casa na vila de Cimbres de “madeira lavrada” e uma de “taipa” no sítio Calumbi. Nesse caso, a residência desse casal era diferenciada em opulência e valor se comparada às casas feitas de taipa e coberta de palha ou telhas.¹³

Em relação a títulos como ouro, prata e cobre, estes podem ser encontrados em algumas das famílias pesquisadas. Em Cimbres, os dois casais tinham realidades diferentes no que concerne a posse de ouro, prata e cobre. Teotônio Monteiro da Rocha e D. Ignocencia da Silva Cavalcanti, por exemplo, possuíam mais de 29 títulos em ouro. No que diz a respeito à prata, detinha o mesmo casal sete títulos. Já sobre o cobre declarou possuírem dois tachos. Por sua vez, Teodósio da Fonseca, marido de D. Custódia de Souza da Conceição, praticamente não declarou nenhum título. A única coisa descrita foi somente um cadeado de ouro.

A ausência de títulos de ouro e prata se deu com o casal da vila de São Francisco das Chagas, no sertão do Rio São Francisco. Ana Gonsalves da Roxa, esposa do português Manoel Teixeira só declarou um tacho de cobre. Já o casal morador do julgado de Cabrobó, Teresa de Jesus e Manoel da Costa Silva, não registrou artefatos feitos desses metais.

Daqueles que deixaram registradas algumas posses de objetos feitos a partir de ouro, prata e cobre, averiguamos o seguinte: os compostos de ouro praticamente estavam mais associados a objetos de adorno: pares de brincos, cordões, botões, laços. Já os objetos feitos de prata, se caracterizaram mais como sendo de utensílios pessoais: espingarda, esporas. Por fim, o cobre somente apareceu como utilitário doméstico na forma de tachos.

A posse e exibição das peças de ouro e prata apresentavam mais de um significado: além da função de adorno e utensílios, elas carregavam uma carga afetiva e simbólica, eram elementos de distinção social e econômica.¹⁴

Nos inventários post-mortem dos moradores sertanejos que selecionamos, apareceram descritos bens móveis (de caráter de ferramenta e utilitários) associados à produção agrícola e criação de animais. Muitos tipos desses artefatos compunham o ambiente das propriedades de

¹² O historiador Fábio Kuhm, ao realizar estudos sobre as casas rurais do Rio Grande do Sul, no Brasil, afirma que os inventários daquele lugar revelaram que na maioria das vezes o valor da residência era bem abaixo em relação a outros tipos de bens, como escravos, objetos. KÜHN (2011).

¹³ No presente trabalho, utilizamos esse inventário somente para fazer um contraponto em relação às habitações das outras quatro pessoas inventariadas. Para saber mais sobre uma análise exclusiva dos bens da falecida Clara Coelho Leite dos Santos, ver MARQUES e OLIVEIRA (2014).

¹⁴ Ao estudar a ourivesaria das famílias da região do Baixo Minho, em Portugal, Olanda Vilaça chegou a conclusão de que não era somente a ostentação, havia também o valor afetivo. OLANDA (2012).

terra. A presença deles nos dá uma ideia de como se processava o trabalho rural nos sertões de Pernambuco.

Artefatos como selins, selas de variados tipos, estribos, arreios, cangalhas, entre outros, serviam para o auxílio na criação de gado vacum e cavalariço. Com eles, os vaqueiros montavam a cavalo para trabalhar no campo, onde realizavam as mais diversas ações: consertar as cercas dos currais e dos distantes e extensos pastos, tanger os animais, perseguir as reses desgarradas do rebanho que por vezes adentravam na espinhosa vegetação da caatinga, entre outras coisas.

Esses objetos também eram importantes nos transportes de pessoas e dos gêneros produzidos. Naquela época, muitos daqueles sítios se encontravam a dezenas ou até mesmo centenas de quilômetros dos núcleos urbanos mais próximos. Era através de bestas, cavalos e carros puxados por bois que os sertanejos se deslocavam por entre as estradas e caminhos que ligavam os sítios e fazendas aos povoados e vilas do interior, bem como estas aos núcleos urbanos situados no litoral, como Olinda e Recife.

Para a sociedade sertaneja e dos núcleos urbanos do litoral, os caminhos que cortavam os sertões eram perigosos por conta de certos tipos de animais, como as onças e as cobras venenosas, e pela presença de negros fugidos e índios. Fora isso, havia também toda uma leva de vadios, ladrões e facinorosos que arriscavam também a sorte por aqueles lugares.

Não era à toa a preocupação com esses perigos dos sertões. Os inventários trazem registradas as presenças de espingardas, bacamartes e outras armas de fogo. Todas as famílias que estamos a analisar, no presente trabalho, possuíam armas. Além de proteção contra possíveis ataques, certamente essas armas eram usadas para caçar animais selvagens que serviam de alimento para as famílias, como também para ameaçar algum possível desafeto ou inimigo.

Uma coisa que nos chamou a atenção nesses quatro inventários de diferentes localidades dos sertões de Pernambuco foi o fato deles praticamente não terem constado de plantações e/ou produtos agrícolas nos arrolamentos. Numa região que tinha o alimento a base da mandioca, do milho e do feijão, seria comum que esses produtos agrícolas configurassem no arrolamento de bens. Essa região, na passagem do século XVIII para o XIX, também foi marcada pelo incentivo a plantação de algodão. Porém, esse produto também não aparece descrito nos inventários selecionados por nós. A questão aumenta ainda mais quando percebemos também a ausência de muitas ferramentas usadas na agricultura como a enxada, entre outros, que geralmente eram arroladas nos inventários post-mortem dos sertões de Pernambuco. Ora, a presença de ferramentas e maquinários agrícolas está associada à produção de gêneros e vice-versa.

Dos produtos agrícolas, somente D. Ana Gonsalves da Roxa, esposa do falecido Manoel José Teixeira, declarou alguma coisa: nove cargas de fumo com o peso de 42 arrobas, e, mesmo assim, não foi um produto dentre os acima expostos. Entretanto, vale resaltar que a plantação de fumo teve destaque também nas áreas do interior das capitâneas do norte da América portuguesa.

Em relação às ferramentas e maquinários de uso agrícola, nos quatro inventários somente apareceram dois machados (que provavelmente eram usados para cortar as árvores para formar pastos, cercas, roças, lenha, mobílias entre outras coisas) e um aviamento de fazer farinha. Mas, mesmo assim, isso ainda é pouco para uma sociedade que comprovadamente vivia dos produtos extraídos da terra.

No que tange a mobília, vestimentas e outros utensílios, percebemos que foram arrolados pouquíssimos objetos. Dos que apareceram, a maior parte era composta por caixas encouradas e as canastras (espécies de baús). Estas, por sua vez, tinham uma múltipla função: além de servirem para guardar dentro objetos, também eram usadas como assento para pessoas ou de suporte para se colocar alguma coisa em cima.

No acervo dos inventários post-mortem dos sertões de Pernambuco, estamos a perceber que poucas mobílias de caráter de descanso/ dormida/ refeições eram descritas nas residências das famílias, tais como, mesa, cadeiras, camas e catres. No que tange especificamente aos

inventários selecionados para a presente pesquisa, nenhuma dessa categoria de objetos foi encontrada, com exceção somente de uma “rede velha” e uma “cama de vento”.

Naquela época, a baixa presença de mobílias não era exclusiva dos sertões de Pernambuco. Ao nos debruçarmos em pesquisas feitas por outros historiadores que analisaram outras regiões do Brasil, terminamos por perceber a mesma coisa. O mesmo vale para os estudos acerca de algumas áreas rurais da metrópole portuguesa, como a região do Baixo Minho, em Portugal, por exemplo.¹⁵

Ainda sobre os diversos tipos de bens móveis, o casal Ana Gonsalves e Manoel Teixeira possuíam uma boa quantidade e variedade de vestimentas. Entre os quatro inventários analisados para este trabalho, o único que arrolou vestimentas foi o desse casal. Nos demais não apareceram descritas nenhuma peça. Contabilizamos mais de 14 peças pertencentes ao casal acima, dentre elas: uma pele de onça, jaqueta, calções, jalecos, xambre, capote. Muitos deles descritos como velhos, usados, em bom uso, de variadas cores e materiais.

A pele de onça constante no arrolamento possivelmente foi adquirida nos sertões, pois a onça é um animal encontrado em vasto território do continente sul-americano, inclusive no semiárido brasileiro. As demais peças de roupas foram descritas de forma bem específica e detalhada. Possivelmente algumas delas seriam difíceis de encontrar naqueles lugares. Uma das probabilidades para a presença delas lá era o fato do falecido Manoel José Teixeira ser natural de Portugal. Sendo assim, ao viajar para se estabelecer no interior da colônia, o português poderia ter trazido consigo algumas roupas provenientes da Europa. Isso explicaria uma variedade maior de peças.

Dentre todos esses objetos inventariados, outro nos chamou a atenção: “uma tarrafa com uma chumbada” pertencente ao dito casal acima. Esse tipo de artefato é usado para pescas. A região onde estavam inseridos os sertões de Pernambuco e de outras Capitanias do norte da América portuguesa se caracteriza pelo clima semiárido, por chuvas escassas e por ter boa parte de seus rios classificados como temporários, isto é, possuem épocas com água e outras sem. No entanto, esse casal residia no termo da Vila de São Francisco das Chagas, Barra do Rio Grande do Sul. O local é situado nas proximidades do Rio São Francisco, sendo este considerado o principal rio da região, e caracterizado como perene, incessante, contínuo. Nesse caso, fazia todo o sentido que o casal possuísse uma tarrafa, pois certamente a usava para pescar peixes num rio que não tinha perigo de secar, e que, por isso, deveria ofertar alimentos praticamente o ano todo.

Se por um lado esses quatro inventários apresentaram pouca presença de roçados, gêneros, ferramentas e maquinários agrícolas, por outro lado constaram da citação e descrição de animais utilizados na pecuária: vacas, bois, bezerros, cavalos, éguas, poldros, bestas. A presença desses animais estava associada também a presença de utensílios usados nos trabalhos de criações. Como vimos anteriormente, esses tipos de objetos configuraram nos inventários dos quatro diferentes moradores dos sertões de Pernambuco.

Os cronistas viajantes do século XIX, Koster e Martius, registraram que o couro bovino era muito usado para confecção de indumentárias (chapéu o gibão), bem como para revestimento de objetos (cadeiras, baús, caixas, malas). O leite das vacas servia na alimentação dos habitantes, assim como a carne extraída dos bovinos.¹⁶

Nos sertões daquele período, as atividades de pecuária e agricultura eram também exercidas através de mão de obra escrava.¹⁷ A partir da análise dos inventários post-mortem perce-

¹⁵ Sobre os estudos a respeito de outras regiões do Brasil colônia e da metrópole, ver ALGRANTI (1997), pp. 83-154, DEL PRIORE e VENÂNCIO (2006), KÜHN (2011), VILAÇA (2012).

¹⁶ MARTIUS (1959). KOSTER (2003).

¹⁷ Durante muitos anos, a historiografia deu mais atenção às análises da escravidão nas áreas açucareiras. No entanto, nas últimas décadas, tem se verificado que existia também uma forte presença de escravos nos sertões das capitanias do norte do Brasil. Sobre os novos estudos da escravidão nos sertões das capitanias do norte

bemos a existência de escravos de todo tipo de nome, idade, gênero, procedência e valor. Praticamente todos os escravos nos inventários vinham acompanhados dessas informações. No entanto, no presente artigo, optamos por dar somente algumas amostras.

Dos inventários analisados, somente o de D. Custódia, moradora da ribeira do Moxotó do termo de Cimbres, não constou de escravos registrados. Por sua vez, o coronel Teotônio tinha no inventário um total de 18 escravos. Uma das coisas que nos chamou a atenção foi a variedade de designações para esses cativos: “pardos”, “cabras”, “cabrinhas”, “negros”, “crioulos”, “angolas”.

Esses termos remetiam a “qualidade” (tons de pele, origens e fenótipos) que muitas vezes os colonizadores criavam para designar seus escravos.¹⁸ O termo “crioulo” ou “crioula”, por exemplo, se referia aqueles escravos já nascidos em territórios da América portuguesa. Diferente do termo “Angola”, que significava que o escravo havia sido remetido daquele lugar.

No Julgado de Cabrobó, foi declarada por Tereza de Jesus, esposa de Manoel da Costa Silva, somente “uma escrava crioula de idade de doze anos, de nome Domingas, achacada de dores de estomago, que foi avaliada em 40 mil reis”. Ora, esse tipo de descrição feita termina por ultrapassar a maioria das informações comumente encontradas nos inventários. A partir dela obtemos um pequeno detalhe sobre o estado de saúde da escrava, o que nos faz pensar em quantas “Domingas” e quantos “Domingos” não devem ter sido acometidos das mais variadas doenças nos cativeiros dos sertões.

Por fim, em São Francisco das Chagas, Barra do Rio Grande, o casal Manoel Teixeira e Antônia Gonsalves da Roxa possuía o escravo de nome Joaquim, de nação Mina, de idade de 25 anos; o escravo de nome Simão, nação Angola, idade de 25 anos; o escravo de nome Salvador, nação Mina de idade de 40 anos e a escrava de nome Rita nação Gege de idade de 40 anos. A descrição desses quatro cativos nos mostra de que parte do continente africano esses indivíduos vieram. Os termos “Minas”, “Gege” (ou Jeje) e “Angola” eram usados para se referir à procedência desses escravos da África.

Entretanto, não necessariamente essa referência significava a naturalidade. Por vezes, bastava os escravos serem embarcados nos portos daqueles respectivos lugares para receberem essas designações. Além disso, tinham seus nomes originais africanos trocados por outros de origem portuguesa.¹⁹ Certamente muitos “Angolas”, “Minas”, “Geges”, e, até mesmo, “Congos” migraram forçadamente dos sertões africanos para os sertões de Pernambuco, na América portuguesa.

De acordo com os viajantes cronistas Henry Koster e Carl Von Martius, era comum a utilização do trabalho escravo para cuidar da casa, da criação de gado e das plantações. Segundo Martius, cabia aos escravos a função de cozer o barro e transformá-lo em ladrilhos, telhas côncavas.²⁰ Por sua vez, Koster relatava como o gado vacum era tangido de toda parte, reunido e colocado para dentro de currais.²¹ Para esses viajantes do século XIX, cabia aos escravos o serviço de preparar a terra, plantar e colher o feijão, a mandioca, o milho, o algodão.

Sendo assim, a descrição dos bens nos inventários post-mortem, cruzados com os relatos de alguns viajantes cronistas que percorreram os sertões durante os primeiros anos do século XIX, nos proporcionou ter uma melhor percepção das moradias, dos usos da cultura material

do Brasil ver BRANDÃO (2012); MARQUES E OLIVEIRA (2014), pp. 55-90; DE CARLI (2015), pp. 77-122.

¹⁸ IVO (2015), p. 252.

¹⁹ Sobre escravos embarcados de diferentes localidades da África, ver PAIVA (2002), pp. 187-207. ALENCASTRO (2000), pp. 77-116.

²⁰ MARTIUS (1959).

²¹ KOSTER (2003).

e do cotidiano de algumas famílias que habitaram diferentes localidades inseridas nos sertões de Pernambuco, em fins do período colonial.

Ao compararmos a posse de bens materiais nos quatro inventários também foi possível perceber que o número e os valores de bens variavam entre as famílias. Por exemplo, havia famílias com bens em maior quantidade e valor (a do coronel Teotônio e sua esposa), em detrimento a outras com bens declarados em menor quantidade e valor (a da D. Custódia e esposo). Entretanto, uma coisa em comum entre as quatro famílias analisadas foi a baixa presença de gêneros e ferramentas agrícolas.

Por sua vez, os quatro inventários constaram do registro de animais e de utensílios ligados ao trabalho da pecuária. A presença dos gados vacuns e cavalares indicavam as funções dadas para esses animais nas sociedades sertanejas como, por exemplo, servirem de alimentos e de fornecedores de matéria-prima para a confecção dos mais diversos objetos. Já as selas, selins, esporas configuraram como os objetos mais distribuídos entre as quatro famílias, sendo essenciais para auxiliar o trabalho dos vaqueiros e amenizar e acelerar as marchas nas estradas sertanejas.

Outros objetos nos ajudaram a ter uma ideia do cotidiano dessas pessoas. A presença de alguns deles (a tarrafa com as chumbadas, as armas de fogo, caixas e canastras, as joias de ouro e prata, as vestimentas, a rede) sintetizavam as formas de vida das famílias. Até mesmo a ausência ou a pouca presença de outros artefatos (camas, catres, mesas, cadeiras, garfos, colheres) também contribuíram para delinear o cotidiano dessas pessoas.

Os escravos também puderam ser percebidos nos sertões. A nossa ideia não foi tratá-los como meros números ou objetos, mas procurar mostrá-los também como seres humanos, que sofriam com doenças, que tinham um nome (mesmo este sendo dado pelos colonizadores) e que eram provenientes de variadas localidades, inclusive de distantes regiões africanas.

BIBLIOGRAFIA

- ALENCASTRO, L. F. de (2000). *O Trato dos Viventes: formação do Brasil no Atlântico Sul*. – São Paulo: Companhia das Letras.
- ALGRANTI, L. M. (1997). “Famílias e vida doméstica” em NOVAIS, F. A.; MELLO E SOUZA, L. de (1997). *História da vida privada no Brasil: cotidiano e vida privada na América Portuguesa*. – São Paulo: Companhia das Letras.
- ANDRADE, M. Correia de (1963). *A terra e o homem no Nordeste*. – São Paulo: Editora Brasiliense.
- BLOCH, M. (2002). *Apologia da História, ou o ofício do historiador*. – Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editora.
- BRANDÃO, T. M. Pires (2012). *A elite colonial piauiense: família e poder*. – 2.ed. – Recife: Ed. Universitária da UFPE.
- BRAUDEL, F. (2005). *Civilização material, economia e capitalismo: as estruturas do cotidiano (séculos XV – XVIII)*. – São Paulo: Martins Fontes.
- BURKE, P. (1997). “Gilberto Freyre e a nova história”. *Tempo Social; Rev. Sociol*, 9(2), São Paulo: USP, pp. 1-12.
- COLOMP, A. (2009). “Famílias. Habitações e coabitações” em ARIES, P.; DUBY, G. (orgs). *História da vida privada: da Renascença ao Século das Luzes*. – São Paulo: Editora Schwarcz Ltda.
- DE CARLI, C. (2015). “O escravismo e o Sertão de Pernambuco” em *Revista do Instituto Arqueológico, Histórico e Geográfico Pernambucano*. Num. 68, IAHGP: Recife, Brasil.
- DEL PRIORE, M. e VENÂNCIO, R. (2006). *Uma história rural no Brasil*. – Rio de Janeiro: Ediouro.
- DRUMOND, M. A. (2008). *Indumentária e Cultura Material: produção, comércio e usos na Comarca do Rio das Velhas, 1711-1750*. (Dissertação de Mestrado). UFMG/ Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Belo Horizonte.
- IVO, I. Pereira (2012). *Homens de Caminho: trânsitos culturais, comércio e cores nos sertões da América Portuguesa. Séculos XVIII. Vitória da Conquista: UESB*.
- FLANDRIN, J.-L. (1991). *Famílias: parentesco, casa e sexualidade na sociedade antiga*. Lisboa: Editorial Estampa.
- FREYRE, G. (2003). *Casa-grande & senzala: formação da política brasileira sob o regime da economia patriarcal*. – São Paulo: Global.

- KÜHN, F. (2011) “Casa quanto chegue, campo a perder de vista”: a cultura material da elite colonial no sul da América portuguesa em GANDRA; POSSAMAI (org.). *Estudos de História do Cotidiano*. – Pelotas: Ed. da UFPel.
- JÚNIOR, C. Prado (2006). *História econômica do Brasil*. – São Paulo: Editora Brasiliense.
- MARQUES, A. B. L. e OLIVEIRA, A. L. do Nascimento (2014). “Inventários dos bens do casal: família, elite local e bens materiais em Cimbres, nos sertões de Ararobá, Pernambuco (1762-1836)” em *Revista do Instituto Arqueológico, Histórico e Geográfico Pernambucano*. Num. 67, IAHGP: Recife, Brasil.
- MEDEIROS, R. P. de (2007). “Política indigenista do período pombalino e seus reflexos nas capitanias do norte do Brasil” em MEDEIROS, R. P. de e OLIVEIRA, C. M. da Silva (org.). *Novos Olhares sobre as Capitanias do Norte do Estado do Brasil*. João Pessoa: Editora Universitária/ UFPB.
- MORAES, A. C. R. (2003, 4-5). “O Sertão: um outro geográfico”, *Terra Brasilis* [Online]. Recuperado de <http://terrabrasilis.revues.org/341>.
- MOTA, A. da Silva. (2005). “Aspectos da Cultura material nos inventários post-mortem da capitania do Maranhão, séculos XVIII e XIX” em *Actas do Congresso Internacional Espaço Atlântico de Antigo Regime: Poderes e Sociedades*, organizado em 2005 pelo ICT e pelo Centro de História de Além-Mar (CHAM), da Universidade Nova de Lisboa: Lisboa, Portugal.
- NEVES, E. F. (2012). “Sertão Recôndito, polissêmico e controvertido” em KURY, Lorelai Brillhante (org.). *Sertões Adentro: Viagens nas Caatingas, séculos XVI a XIX*. – Rio de Janeiro: Andrea Jakobson Estúdio.
- PAIVA, E. F. (2002). “Bateias, carumbés, tabuleiros: mineração africana e mestiçagem no Novo Mundo” em PAIVA, E. F. & ANASTASIA, C. M. J. (orgs.) *O trabalho mestiço; maneiras de pensar e formas de viver – séculos XVI a XIX*. São Paulo/Belo Horizonte: Annablume/PPGH-UFGM.
- PATINÕ, V. M. (1990). *História de La Cultura Material En La América Equinocial. Tomo III – Vias, transportes e comunicaciones*. Intituto Caro y Cuervo/ Biblioteca Ezequiel Uricoechea. Bogotá.
- PESEZ, J.-M (2005). “História da Cultura Material”. em Jacques Le Goff. (org). *A História Nova*. 5ªed. – São Paulo: Martins Fontes.
- PUNTONI, P. (1998). *A Guerra dos Bárbaros: povos indígenas e a colonização do Sertão Nordeste do Brasil, 1650-1720*. (Tese de Doutorado). – São Paulo: FLLCH/USP
- SILVA, K. V. (2010). *Nas solidões vastas e assustadoras: a conquista do sertão de Pernambuco pelas vilas açucareiras nos séculos XVII e XVIII*. – Recife: Cepe.
- TELES, G. Mendonça (2009). “O lu(g)ar dos sertões” em *Verbo de Minas: Revista do Programa de Mestrado em Letras do Centro de Ensino Superior de Juiz de Fora*, Vol. 8, num. 16, *Campus Verbum Divinum: Minas Gerais – Brasil*.
- VILAÇA, O. Barbosa. (2012). *Cultura material e patrimônio móvel no mundo rural do Baixo Minho em finais do Antigo Regime*. (Tese de Doutorado em História). Universidade do Minho/Instituto de Ciências Sociais.

FONTES MANUSCRITAS E IMPRESSAS

- IAHGP. Inventário *post mortem* de Coronel Teotônio Monteiro da Rocha, 1774. Acervo Orlando Cavalcanti, Caixa 61; IAHGP. Inventário *post mortem* de D. Custódia de Souza da Conceição, 1782. Acervo Orlando Cavalcanti, Caixa 61; MJPE. Inventário de Manoel José Teixeira Travanca/ Provedoria Ordinário comissário e Juiz Ordinário, 1806. Caixa 320; MJPE. Inventário de Manoel da Costa Silva. 1809. Caixa Nº 965.
- BLUTEAU, R. (1728). *Vocabulario portuguez & latino: aulico, anatomico, architectonico...* Coimbra: Collegio das Artes da Companhia de Jesus.
- KOSTER, H. (2003). *Viagens ao Nordeste do Brasil*. Rio – São Paulo – Fortaleza: ABC Editora.
- MARTIUS, C. Fred. Phil. de Von. Tropeiros e Barcaças. (1959) em RIEDEL, *Diaulas (org.) O sertão, o boi, a seca: histórias e paisagens do Brasil*. São Paulo: ed. Cultrix.